

# MEMÓRIAS DA COMUNICAÇÃO INFORMACIONAL DO RISCO CIENTÍFICO: repercussões sociais a partir da cobertura jornalística de grandes acidentes tecnológicos

memória científica original

*Evelyn Goyannes Dill Orrico\**  
*Maria da Conceição da Rocha Ferreira\*\**

## RESUMO

O sentimento de medo que grande parcela da sociedade apresenta quanto ao uso da energia atômica é o ponto de partida deste artigo que busca analisar a construção do discurso informacional provocador desse medo. Por intermédio de matérias veiculadas na mídia de ampla circulação, e que constituem o corpus da análise aqui elaborada, observa-se como vem se construindo a informação discursiva sobre os grandes acidentes de causa científico-tecnológica. As décadas de 80/90 foram marcadas pelos acidentes de Chernobyl, no cenário mundial, e do Césio-137 em Goiânia, no Brasil. Este artigo busca refletir, à luz da Análise do Discurso de linha francesa, como se construíram na mídia os efeitos de sentido em torno desses dois acidentes e como tais efeitos repercutem no imaginário da sociedade contemporânea.

\* Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.  
E-mail: evelynorrico@unirio.br.

\*\* Mestre em Sistemas de Gestão pela Universidade Federal Fluminense, Brasil. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.  
E-mail: conceicapos@yahoo.com.br.

**Palavras-chave:** Risco Científico. Mídia. Discurso de memória.

## I INTRODUÇÃO

A segunda metade da década de 80 repercutiu na história do desenvolvimento da ciência nuclear em dois momentos inteiramente distintos, mas igualmente marcantes na construção da memória sobre o risco relacionado ao uso de substâncias radioativas, tanto na sociedade brasileira quanto na global. O primeiro, em abril de 1986, de alcance mundial, recebeu o título ainda não suplantado de maior tragédia nuclear de toda a história. A pequena cidade ucraniana de Chernobyl figura desde então como símbolo do poder da destruição atômica. Apenas um ano depois, com causa inteiramente diversa, foi o Brasil que viu ocorrer o que ficou conhecido como maior acidente radiológico do mundo. A proximidade cronológica dos dois acontecimentos pode ter sido um fator

determinante no modo como a mídia tratou o segundo acidente – a contaminação de uma cidade pela exposição ao césio-137, em Goiânia. De comum entre os dois fatos podemos apontar um sentimento bastante conhecido ao tratar o tema com a sociedade em geral: o medo da radiação atômica. A ciência nuclear, que aparece por trás desses dois marcos históricos de tragédia humana e ambiental, carrega um vasto roteiro de negatividade, bastando lembrar sua oficial apresentação ao mundo pelas bombas lançadas em Hiroshima e Nagasaki. O acidente de Goiânia envolveu não só os perigos da radioatividade, cujos terríveis efeitos foram veiculados pela mídia, mas também as incertezas quanto ao futuro da cidade, sendo inevitável a sua comparação com o de Chernobyl, e todo o terror disseminado em torno dele ao redor do mundo.

Este é o ponto de partida deste artigo em que vamos analisar parte da construção da

memória sobre o discurso que provoca o medo da tecnologia nuclear. Ressalte-se que existe um problema informacional central na construção desse discurso, refletido na divulgação científica sobre o tema, objeto deste artigo. Para tal construção, é fundamental discutir a relação próxima e tensa entre produção de ciência e jornalismo.

O Acidente de Goiânia foi tema diário da imprensa brasileira por quase três meses após o seu acontecimento ter sido confirmado e entendido como de contaminação radiativa. A comunicação que daí se originou está sendo considerada para uma pesquisa de doutoramento que, pautada no pressuposto de que as matérias de divulgação científica ligadas ao tema da tecnologia nuclear são construídas por uma memória da cultura do risco, investiga a construção da memória do discurso informacional sobre o medo do perigo que representam. Alguns exemplos que já selecionamos se alinham a leituras de outras autorias na temática da comunicação jornalística e nos permitem formular que a mídia, ao veicular o fato do acidente tecnológico, vai além da narração do ocorrido, chegando mesmo a produzir algo inteiramente diverso do fato real. Ao procurar traduzir a linguagem técnico-científica para o leitor/ouvinte não especialista, e explorar os desdobramentos do ocorrido, a mídia produz e divulga um evento de informação que excede o fato divulgado e, ao excedê-lo, faz dele um fato novo.

### **1.1 Os acontecimentos que são os acidentes científico-tecnológicos e as tragédias humanas**

A cidade de Chernobyl, na Ucrânia, ficou conhecida mundialmente pela explosão de um reator da usina que ali se localizava, em 26 de abril de 1986. Com quatro reatores e mais dois em construção, Chernobyl era um símbolo do avanço da União Soviética. No dia da explosão estava agendado um procedimento de rotina no reator quatro: ele seria desligado e os responsáveis aproveitaram para fazer um teste, mas um problema de resfriamento fez com que o teste terminasse de forma trágica. O alto nível de radiação afetou as regiões no entorno da usina, chegando a cobrir uma área de 200 mil km<sup>2</sup>,

em toda a Europa. Com esses números impressionantes, Chernobyl ficou conhecido como o maior acidente envolvendo usinas nucleares do mundo. Outros dois acidentes apenas se aproximaram do que lá ocorreu: em março de 1979, em Three Mile Island, na Pensilvânia, EUA, onde houve um derretimento parcial de um reator, sem chegar à explosão; e em março de 2011, em Fukushima, no Japão, após um tsunami de nível sem precedentes atingir a usina do local. Quanto a Fukushima, ainda não se pode dizer se suplantou a gravidade de Chernobyl. Em termos de História, o acidente ocorrido em 2011 é ainda muito recente para avaliar o que poderíamos chamar de seu potencial de celebridade.

O que aqui importa discutir é a forma como o discurso informacional sobre esses fatos é construído, sobretudo na relação que se estabelece entre a produção da informação científica e o que é divulgado para a sociedade.

Uma das formas é apresentar esses acontecimentos como célebres. Sobre celebridade, aliás, constatamos o hábito de classificação de acidentes desenvolvido pela mídia nas mais diversas épocas e atendendo a diferentes critérios de indexação. Em nosso levantamento de reportagens do tema nos deparamos com *Os 10 mais assustadores desastres ecológicos da história*, artigo publicado pela SUPERINTERESSANTE (2015), no qual pudemos observar essa curiosa necessidade de escalonar o valor do impacto social das grandes tragédias humanas e ambientais.

A peculiaridade dessa publicação nos mostrou também como estão situados os dois acidentes de nosso estudo, Chernobyl e Goiânia, nesse popular meio de divulgação científica. Ao primeiro a revista caracteriza como *Tragédia Pop*, o que pode fazer bastante sentido devido ao alcance de sua celebridade: nenhum outro ganhou tanta notoriedade no mundo. Mas Chernobyl não é, apesar de mais popularmente conhecido, o desastre considerado maior da história. No ranking da revista levou somente a medalha de prata. O ouro foi concedido ao acidente de Bhopal, um vazamento de gás de uma indústria química, a Union Carbide, na Índia, em dezembro de 1984. Quanto à nossa *celebridade nacional*, a revista a tituló como *Terror Tupiniquim*, atribuindo-lhe a *medalha de bronze*. Ficou atrás, ao menos no julgamento

dos brasileiros, somente de Chernobyl. Acharmos que esta curiosa hierarquização pode auxiliar-nos, a priori, no dimensionamento dos efeitos provocados pelas construções da mídia quando se trata da comunicação dos riscos científicos. Afinal, não são os acidentes a negação daquilo mesmo que deveria ter sido adequadamente previsto e tratado para não falhar? As consequências desses acidentes, no final das contas, são informadas a partir de construções discursivas socialmente elaboradas. Assim, entendemos que se faz necessário igualmente seguir uma orientação de estudos de uma perspectiva social, vislumbrando suas implicações sociais e políticas. Acharmos que é um caminho para poder não somente dimensionar suas consequências, mas também compreender a sua complexidade disciplinar.

O nosso *terror tupiniquim não se originou* de uma fonte nuclear, como muitos pensam e isso se deve em muito às informações imprecisas veiculadas pela comunicação jornalística, como veremos no exemplo de nossa análise. A fonte nuclear envolve exploração de energia, o processamento por um reator. O que há em comum entre a explosão nuclear de Chernobyl e a violação de um elemento radiológico em Goiânia é somente a contaminação radioativa. O acidente com o céσιο-137, que era o elemento radioativo existente dentro de uma cápsula de chumbo, e que foi arrebentada, contaminando toda a cidade, aconteceu em 13 de setembro de 1987. Deixado numa clínica abandonada, um aparelho de radioterapia foi vendido ao dono de um ferro-velho para reciclagem. Mas os catadores decidiram abrir a cápsula de dentro do aparelho a marretadas. Os 19 gramas de céσιο-137 ali contidos foram manipulados e expostos a familiares, amigos e funcionários. Nos dias seguintes, as pessoas afetadas começaram a apresentar sintomas como vômito e diarreia. A contaminação só foi descoberta 16 dias depois, permitindo que a radiação se alastrasse. A partir daí, circularam pela mídia local e nacional uma grande massa de relatos e pronunciamentos para explicar o acontecimento; buscaram-se culpados por toda a corrente de responsabilidades no controle do uso da cápsula negligenciada e, para cada possibilidade de responsabilização, diferentes abordagens foram evocadas. Negligência, omissão, irresponsabilidade e incompetência foram termos bastante usados

pela imprensa para caracterizar as causas e culpas do acidente.

Há uma série de procedimentos quanto à correta manutenção, treinamento e manuseio por especialistas de um aparelho como o que foi abandonado no hospital desativado e de onde foi retirada a cápsula violada; como também há protocolos de procedimentos a observar em laboratórios de produtos químicos ou biológicos ou de qualquer outra natureza científica. O problema maior dos aparelhos de radioterapia é o destino que deve ser dado após sua vida útil: necessitando de cuidados especiais, é inaceitável que seja abandonado, jogado fora ou mandado para um ferro-velho.

É preciso observar que a mídia focou-se nesse ponto, evocando a fragilidade vivida pelo momento político atravessado no país, já que vivíamos a década de 80, notória pelo sentimento de inferioridade despertado no brasileiro, sobretudo pelo fracasso econômico do Plano Cruzado, proposto na presidência de José Sarney. Não é fortuita, portanto, a referência ao *terror tupiniquim* pela Superinteressante a que nos referimos antes. Foi nesse período que mais imperou em nós a alcunha de cidadão de terceiro mundo, de país subdesenvolvido, e foi quando nossos defeitos ganharam maior destaque. Esse era o ambiente de uma sociedade que convivia com a crise econômica brasileira pós Plano Cruzado, um fracasso político que resgatou na população a velha descrença nos valores humanos nacionais. Evidentemente que o cenário político vivido no país influenciou no tratamento dado pela mídia às possíveis causas de um acidente que não foi de imediato compreendido. Para a Análise do Discurso (AD), arcabouço deste estudo, a situação sócio-histórica em que se produziram as reportagens é importante porque se relaciona às condições de produção de tais discursos, como poderemos ilustrar mais adiante.

## 2 A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E AS IMPLICAÇÕES DA MÍDIA

Voltada para a atividade de divulgação científica, a comunicação do risco científico-tecnológico revela a importância do trabalho jornalístico na transmissão da informação para o público não-especializado. A comunicação científica seria o objeto de estudo mais indicado

no tocante ao acidente tecnológico já que este envolve propriedades que lhe agregam um conhecimento especializado. Porém, nem sempre o fato científico, se assim podemos chamar o acontecimento que de alguma maneira envolve ciência, aparece tratado em uma publicação que seja reconhecida como tal. Quando observamos a circulação das notícias do cotidiano, é o jornalismo comum, de cunho informativo, que opera a divulgação dos mais variados temas. Os assuntos científico-tecnológicos estão entre os que despertam o interesse da sociedade que necessita informar-se e, assim, estão no âmbito dessa mídia mais abrangente: o noticiário a que assistimos todos os dias na TV, no rádio, na mídia impressa, na internet.

Aproveitamos os desenvolvimentos feitos por Freire (1991) e Orrico (2012) nas diversas modalidades de comunicação da ciência para levantar a importância do lado social na efetividade dessa comunicação. Somente quando consideramos a realidade social que circunda o conhecimento científico em si mesmo, é que se faz possível à ciência promover as inovações e os avanços tecnológicos em benefício dessa mesma sociedade na qual ela se desenvolve. Como se processa, então, o reconhecimento pelo lado social da comunicação, não apenas a científica, mas toda e qualquer forma de comunicação?

Em primeiro lugar, o processo de divulgação científica pressupõe a recodificação de linguagens, já que a ciência reúne seus próprios códigos, envolvendo termos específicos. Nesse processo de conversão de linguagens, da científica para a informacional e midiática, observamos que há interferências setoriais que vêm a influenciar a opinião pública quanto às realizações no campo científico e tecnológico. Como os jornalistas são especialmente multiplicadores de opinião, eles vão interferir na tomada de posição de seu público leitor. É, portanto, para o discurso jornalístico-científico que devemos olhar quando tratamos da formação crítica da sociedade. E esse discurso traz influências de todos os setores da sociedade, já que a comunicação jornalística se relaciona com absolutamente todas as áreas de saberes sociais. É esta influência relativa de poder de direcionamento do discurso midiático que queremos destacar na propriedade que a comunicação jornalística tem de formar a opinião. No relacionamento que mantém com todos os setores sociais, a mídia jornalística é naturalmente aceita

como *legitimadora* de qualquer tema. É pelo jornalismo que todos os assuntos são naturalmente tratados, e isso também o torna *naturalmente autoridade* em qualquer assunto.

O jornalismo se concentra na função de informar. Sua prioridade é fazer a cobertura completa dos fatos que vão acontecendo ao redor do mundo. Entre o fato e a informação veiculada, porém, vemos surgir a interferência natural da comunicação jornalística, com sua ideologia e seus valores. Rodrigues (2002) compara a estrutura do jornal a de um espelho através do qual seus profissionais refletem sua mediação na comunicação dos fatos, legitimando, por meio de um discurso transversal a todos os domínios da experiência humana, a sua própria interpretação. Circulando por todos os outros tipos de discursos, graças a sua aptidão em assimilar-lhes as formas e peculiaridades, o gênero jornalístico exerce a função de mediação entre eles, naturalizando sua multiplicidade de domínios de conhecimento ou de experiências. É tão acentuada essa característica da mídia de aceitação social que A. Erll (2008) lhe confere o papel de formadora da memória social. Esse papel é exercido principalmente por sua seletividade quanto ao que devemos nos informar. Já que são as *culturas de mídia* que modelam *nossa concepção de realidade*, ao valorizar determinados elementos em detrimento de outros, o discurso midiático exerce uma função mnésica que é estratégica para a formação da memória social. E de que maneira isto é feito? O jornalista neutraliza a propriedade de esquecimento natural do leitor após a captura dos seus enunciados, fazendo com que eles retornem sob a forma de retrospectivas e de citações, em novos títulos que dão nova perspectiva a eventos já passados.

Observamos essa função mnésica na prática das coberturas dos acidentes tecnológicos. O fato é noticiado de uma forma mais sucinta, e menos completa, quanto mais recente seja a cronologia entre sua realização e sua divulgação. Isso se dá porque imediatamente após um fato ocorrer, as origens, causas, testemunhos, teses, tudo ainda é muito impreciso e vai se detalhando conforme, ao longo do tempo, mais conhecimento sobre ele vai sendo construído. A partir de seu acompanhamento diário, novos pontos de informação vão sendo acrescentados e os iniciais reforçados ou esquecidos, ou, ainda, transformados. O discurso midiático

produz, assim podemos concluir, tanto os efeitos de esquecimento e de arquivamento, como também de rememoração, alternando-se de forma ritualizada, desde o momento em que as informações são reunidas, até serem expostas sob uma superfície comum e que nos aparece apelidada de *atualidades* (MOUILLAUD, 2002).

Observemos um pouco mais as propriedades do discurso midiático no tratamento da comunicação do acidente no que se refere a sua apreensão pelo público. O que caracteriza o discurso veiculado sobre o acidente e o acidente propriamente ocorrido? Não seria uma unanimidade entre público e mídia a busca pela fidelidade aos fatos? Há, na verdade, uma ilusão de realidade inerente a esse discurso, uma estratégia da universalidade que referencia aos enunciados a credibilidade e a imparcialidade observável, por exemplo, no uso da neutralidade da terceira pessoa verbal. Rodrigues (2002) nos aponta, com bastante propriedade, que o enunciado<sup>1</sup> é o *principal produto e o resultado final do funcionamento da instituição midiática*, comparável a uma tela para um pintor ou uma música para seu compositor. Arriscaríamos dizer que, ao atrair para si o foco do profissional da notícia, o enunciado rouba do fato a sua carga de realidade, acentuando-lhe a forma artificial de relato descritivo-subjetivo. Aí se explicam as diferentes versões de narrativas sobre os acidentes. Envolvendo tantos atores sociais na trama que culmina na tragédia do acidente noticiado e se estende por derivações quase infinitas, fica difícil estabelecer um parâmetro de fidedignidade ao fato. Quanto a isso, ainda podemos dizer que a fidedignidade da comunicação do acidente será sempre falha porquanto ocorrem do lado do leitor diferentes filiações ideológicas que fazem com que sejam construídas compreensões distintas sobre o mesmo fenômeno.

É importante notar, assim, como se processa a interlocução do discurso midiático impresso com o leitor. Sendo aparentemente unilateral, já que o enunciador dirige-se a um público que não tem possibilidade de tomar efetivamente a palavra e apenas interage construindo sentido, o discurso midiático utiliza sobretudo os recursos da *intertextualidade*: há unidades discursivas que se remetem para outras, e ancoram o discurso a um sentido que é identificável pelo público, mesmo

que ele não detenha experiência quanto ao tema. Semelhante conceito tem o termo *interdiscurso*, com que trabalha a Análise do Discurso na vertente francesa. De abrangência mais ampla, o interdiscurso nos remete para tudo que já foi dito anteriormente sobre determinado tema, vindo a construir a o que Courtine (2009) denominou de memória discursiva, dizendo respeito “à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos”. No processo de leitura, essa memória interage com as novas informações presentes no texto, resultando na sua compreensão, como um novo conjunto de informação. Quanto à aparente inércia que se vê do público, o silêncio que se observa é, na verdade, um processo ativo de elaboração do sentido – é dessa escuta silenciosa (ou leitura) que a mídia recebe sua validação, a sua razão de existir.

## 2.1 A comunicação do acidente científico-tecnológico

Tomemos o acidente científico-tecnológico como exemplo de um tipo específico de ocorrência. Eliseo Verón (1983), que reúne reportagens acerca do acidente de Three Mile Island (TMI), em 1979, nos conta acerca do movimento narrativo que se eleva da visão das consequências humanas até o acidente em si. Essa construção é uma das chaves de uma *dramatização pré-definida* para tal tipo de informação: da mesma maneira que vemos semelhanças nas reportagens do acidente de Goiânia com o tratamento dado ao de Chernobyl, encontramos em Verón a explicação para isso. É o chamado recurso usado para dar notícias de fatos que se assemelham em alguma forma. Ele ressalta essa técnica, denominando-a de *molde de notícia* e aponta para outras estratégias jornalísticas utilizadas na divulgação desse tipo de ocorrência. O público espera do veículo informativo que o mantenha em dia sobre o que ocorre no mundo e esta evidência envolve uma série de pressupostos quanto à forma de construir a relação entre o enunciador e seu destinatário – o público.

Podemos verificar que existe algo de consonante nestas estratégias jornalísticas apontadas por Verón com o que diz respeito à memória do dizer definida por Orlandi (2003) como o que surge a partir dos deslocamentos do *já-dito*, já que

<sup>1</sup> O autor refere-se a *discurso*, mas preferimos o termo *enunciado* para não confundir com a análise do discurso propriamente, o que faremos mais adiante.

não é possível inaugurar um sentido inteiramente novo – seria algo incompreensível. Assim é que esse novo é obtido a partir do que já se tem dito antes, como podemos entender pelo conceito de molde de notícia que Verón nos traz. No mais, o desconhecimento do público quanto ao fato noticiado também pode configurar-se como estratégia valorativa da mídia à informação, aproveitando o seu natural despertar da curiosidade. Mouillaud (2002) a descreve como uma forma de injetar mais-valia ao seu conteúdo: quanto menos conhecido, mais o fato contém valor informativo, no despertar de sua curiosidade natural humana e mais lhe demanda a conhecer pela mídia a seu serviço. Essa compreensão nos permite dialogar com a definição que nos fornece Belkin e Robertson (1976) para quem informação é tudo aquilo que provoca alteração de estruturas cognitivas. Quanto menos conhecido, ou seja, quanto menor for o arcaço cognitivo sobre um fato, mais possibilidade de informações será gerada sobre ele.

O acidente de TMI ocorreu em março de 1979, na Pensilvânia, EUA, bem antes, portanto, de Chernobyl (abril/1986). Ele não figura na lembrança mundial como este último porque não teve realmente consequências. Causado por uma sequência de falhas mecânicas e de erros de operação na usina nuclear, que derreteu o seu núcleo, provocou pânico e evacuação de cento e quarenta mil pessoas que viviam num raio de oito quilômetros ao seu redor. O que nos chama a atenção é a semelhança, em qualquer dos casos, no que se refere ao pavor da população afetada, sem conhecimento do que de fato poderia estar ocorrendo. As autoridades apenas no último momento admitiram a gravidade do acidente. Tal como em Goiânia, ou em muitos outros acidentes (e talvez por isso mesmo sejam chamados *acidentes*), as orientações à população envolvida não foram passadas de maneira clara.

O acidente de Goiânia não ganhou as manchetes logo no seu primeiro dia. Para a maioria da população, que não era informada quanto aos perigos da radiação, ou, pelo menos para os principais jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro, ele não era tão óbvio como, por exemplo, a queda de um avião ou o desabamento de uma ponte. Logo ficou claro que o acidente *ainda estava acontecendo* - aumentando o tom dramático do desastre, e ninguém conseguia, claramente, prever o seu desfecho. Esse foi um momento de descoberta coletiva. Os perigos e riscos envol-

vidos na radiação que eram, para muitos, apenas uma possibilidade distante, de súbito eram reais. O acidente, seus riscos e, principalmente, seu controle se tornaram um assunto de interesse nacional. O que estava acontecendo era difícil de acreditar: um grupo de pessoas estava sofrendo e morrendo de uma causa invisível e da qual muito pouco se conhecia: *uma bela luz azul iluminou o galpão de um ferro-velho uma noite em Goiânia* (GABEIRA, 1987) e o que aconteceu após ficou marcado para sempre na história da cidade.

A seguir, escolhemos uma reportagem publicada à época do acidente para um exemplo de análise do discurso segundo a vertente francesa. Esta concepção teórica vai além da análise linguística, encarando o texto como um objeto sócio-histórico em que o linguístico é um pressuposto indispensável, porém insuficiente. A AD não procura extrair-lhe o sentido, mas apreender-lhe a historicidade, colocando-se no interior de “uma relação de confronto de sentidos” (INDURSKY, 1997). Ao analisar este exemplo prático, estudaremos o que poderíamos chamar de uma semântica do discurso, sendo este entendido como ponto de conversão tanto de componentes linguísticos como de sócio-ideológicos, pois as condições sócio-históricas de produção de um discurso são constitutivas de suas significações (MUSSALIM, 2012). Em paralelo à análise, abordaremos as especificidades teóricas da AD que se alinham ao nosso objeto de investigação e que *podem responder às inquietações de nossa pesquisa*: uma reflexão sobre os efeitos de sentido construídos pela mídia em torno dos dois acidentes que marcaram a década de 80 no Brasil e no mundo.

### **3 A ESPECIFICIDADE DA AD NA LEITURA DE “DESOLAÇÃO RADIATIVA”: COMO - E NÃO O QUÊ - SIGNIFICA “A PAISAGEM DO DESCONTROLE DA ENERGIA NUCLEAR”**

Na AD figuram as instabilidades dos campos da Sociologia, da História, da Psicanálise e outros. Todos esses campos entram na compreensão da linguagem: o seu caráter formal está na base linguística sobre a qual se constituem os efeitos de sentido; mas esse sentido irá ser influenciado pelos outros campos que constituem as *Condições de Produção* dessa lingua-

gem. É preciso, segundo Courtine (2009), pensar o discurso em sua especificidade para abordar a relação que se estabelece entre o linguístico e o ideológico para que não haja nem uma redução a uma simples análise da língua nem sua dissolução em um trabalho histórico sobre as ideologias. Vejamos o nosso exemplo prático de análise para explicar a suplantação do “como” ao “o quê” na significação da reportagem em questão.

Já no título (e subtítulo que o complementa) encontramos a oportunidade de ilustração deste *modus operandi* da AD: “Desolação Radiativa: em Goiânia, a paisagem do descontrole da energia nuclear” (VEJA,1987)<sup>2</sup>. Pela rigidez da linguística, os complementos nominais “descontrole” e “energia nuclear” usados para descrever a “paisagem” da cidade de Goiânia naquele momento compõem o sentido restrito que qualifica o sintagma “desolação radiativa”. Para que entendamos a possível significação deste título, devemos pensá-lo na leitura de uma população dos anos 80, afetada por diferentes níveis de informação, diferentes formações político-ideológicas, vivendo um determinado momento histórico-social. É a partir desse conjunto de instabilidades que poderemos partir para a análise de tal enunciado. Para a AD o discurso é a materialização da ideologia decorrente dos modos de produção social. Sendo assim, o sujeito do discurso não poderia ser considerado como aquele que decide sobre os sentidos e as possibilidades enunciativas de seu dizer, mas como aquele que ocupa um lugar social e a partir dele enuncia, sempre inserido no processo histórico que lhe permite determinadas inserções e não outras.

Orlandi (2007), a propósito dessa amplitude da AD, distingue-a do processo de comunicação porque vai além de uma simples transmissão de informação – no ato de noticiar o “descontrole nuclear” na “paisagem” de “Goiânia” há um complexo processo de constituição de sujeitos afetados pela língua e pela história, e que se relacionam no ato da

linguagem. O discurso é definido, assim, como o efeito de sentidos entre locutores. Quais locutores podemos identificar aqui, é o que procuraremos fazer conforme avançamos na leitura da reportagem. A autora ainda realça que todo discurso se estabelece sobre um discurso anterior, não sendo fechado em si mesmo. Apontando para outro, ou outros, o discurso é, na verdade, um *processo discursivo* e dele se podem tirar diferentes estados ou instâncias (ORLANDI, 1987). A esse respeito, o enunciado que compõe nosso título aqui reproduzido, ao trazer o sintagma “descontrole da energia nuclear” poderia estar trazendo à memória enunciativa o discurso da exploração energética de Angra I, nessa época, única em funcionamento? São temas, ao mesmo tempo, próximos e distantes. A negligência de um equipamento hospitalar – com finalidade para o uso medicinal da tecnologia; e a exploração da energia nuclear, envolvendo um complexo industrial de finalidade inteiramente distinta, com processos produtivos e de segurança também inteiramente diversos, são temas que se assemelham por uma única peculiaridade, a da contaminação radioativa.

A interlocução de discursos que aqui se observa, quando se tratam de aparentes semelhanças, mas entremeadas por desvios de significação (neste caso as peculiaridades de origem – radiológico/nuclear, e finalidade – exploração energética/medicina, diferenciadas), nos remete às noções de interdiscurso e intradiscurso que também podemos explicar através de Orlandi (2007). Os dois termos funcionam como dois eixos na significação do discurso. O primeiro, visualizado verticalmente, representa *todos os dizeres já ditos*, e que nos remetem para a memória discursiva do tema em questão. A esse respeito, citamos o primeiro trecho da reportagem, que segue logo abaixo a uma foto de meia página, retratando técnicos em movimento por uma rua interditada da cidade<sup>3</sup>:

Patrono do maior acidente nuclear sem radioatividade do planeta – a sucata de 1,8 bilhão de dólares plantada no litoral do Rio de Janeiro e que atende pelo nome de Angra I – o Brasil viu crescer a proporções alarmantes as consequências

2 Integram o nosso levantamento de pesquisa as reportagens da própria Veja: “Inocentes de Plantão”, out./87; “Retrospectiva 1987”, dez.87; e também de outras procedências: Jornal do Brasil - 1/10/1987: “Radiação faz vítimas em Goiânia”; 2/10/1987: “Vítimas da radiação são transferidas para o Rio”; 3/10/1987: “Ninguém se responsabiliza pelo Cesio”; 4/10/1987: “CNEN não sabe onde jogar lixo radioativo de Goiânia”; 9/10/1987: “Desastre Nuclear em Goiás é o mais grave do Ocidente”. Escolhemos a “Desolação Radiativa: Em Goiânia a paisagem do descontrole nuclear” por sua circulação próxima ao acidente e por sua extensão que sugere maior cobertura aos fatos.

3 A análise de imagens não compreende o presente artigo, mas a título de complemento, tanto o acidente de TMI como o de Chernobyl são representados em fotos de meia-página, em reforço ao que aqui postulamos de molde de notícia e interdiscurso/memória discursiva.

de um acidente com radiação verdadeira que se abateu sobre a população de Goiânia.

A atividade discursiva não tem propriamente um início, já que os enunciados se ligam sempre a enunciados anteriores, mantendo uma relação com o *já-dito*, com o *pré-construído*. O jornalista sabe que, quando constrói uma notícia, ressuscita para o leitor impressões anteriores, acrescentando as novas impressões da situação presente (PÊCHEUX, 1997). Buscando situar o fato do acidente de Goiânia, no qual o termo chave, radioatividade, deveria ser apresentado ao conhecimento do público, o jornalista evoca o *já dito* que mais se aproxima do tema e, talvez a exemplo do acidente nuclear de Chernobyl, apresenta a usina de Angra I como um “acidente nuclear sem radioatividade”. O tom de ironia na (des) qualificação da usina de Angra I remete o leitor à ineficiência desse parque industrial. Foi essa, estrategicamente, a conexão que o jornalista estabeleceu com o ocorrido em Goiânia, esse sim um acidente real e *com* radioatividade.

É a partir do já-dito selecionado pela reportagem, o nuclear, o radioativo, que vemos se construir o relato do momento – o eixo horizontal, o que chamamos de intradiscurso. É o que se observa no desenvolvimento do trecho seguinte “o Brasil viu crescer a proporções alarmantes as consequências de um acidente com radiação verdadeira que se abateu sobre a população de Goiânia”. No primeiro eixo temos a constituição, o que nos traz a memória, e no segundo temos a formulação da informação, a atualização do já-dito.

Esse trecho ainda carrega mais material ilustrativo que nos demonstra a concepção básica da AD para o discurso como materialização da ideologia. Como nos diz Indursky (1997, p.15), é “pelo viés do embate entre o sentido explícito e os sentidos implícitos e/ou recalcados que ocorre a interiorização do ideológico no discursivo”. No trecho que recortamos, o jornalista aproveita a oportunidade de formulação da narrativa sobre o acidente da cidade de Goiânia, para deixar implícita, através do interdiscurso do já dito quanto ao nuclear, a ineficiência brasileira na administração da usina, a qual descreve como “sucata de 1,8 bilhão de dólares plantada no litoral do Rio de Janeiro e que atende pelo nome de Angra I”.

As Condições de Produção (CP) do discurso mostram a conjuntura em que ele é produzido,

bem como suas contradições. Nessas condições, o sujeito produz seu discurso como efeito de uma rede de relações imaginárias, uma representação de um imaginário social. Ao aproximar de um acidente de origem de contaminação radioativa a característica de descontrole que seria própria da energia nuclear, a reportagem acrescenta ao acidente que ora ocorria toda a carga de perigo do descontrole observada nos acidentes de origem em usinas nucleares, como Chernobyl e TMI. Longe de esclarecer que são processos diferentes e que o acidente ora experimentado não pode ser ligado aos originados de mau-funcionamento de usinas, a reportagem não se preocupou com esses detalhes, reforçando mesmo o interdiscurso que existia em torno do nuclear. A questão aqui refere-se ao conhecimento dos processos envolvidos em uma produção de energia e na atenção e consequente respeito que se deve dedicar a um símbolo de perigo estampado em um dispositivo de uso restrito hospitalar. Estamos lidando com origens de problemas diferentes. Não podemos comparar uma usina de Angra, um parque industrial enorme, com a negligência do cuidado com uma cápsula descartada de um equipamento de raios x de um hospital.

A propósito dessas relações de origens diferentes que evocam semelhanças e tendem a deslocamentos de significados, podemos nos orientar no trabalho de Orlandi (2007) para caracterizar o que corresponde às Formações Imaginárias. Baseando-nos em suas constatações, dizemos que estas seriam as imagens que os interlocutores fazem de si mesmos, do outro e ainda do objeto do discurso - neste caso, a informação sobre o acidente ocorrido. É a partir dessa ideia que Orlandi traz a definição das categorias: *lugar* e *posição* dos sujeitos. Pelo lugar que os *sujeitos empíricos* ocupam dentro de uma sociedade de relações hierarquizadas, situamos a posição do jornalista, o sujeito responsável/organizador do discurso que narra o acontecimento de nosso corpus de análise – o acidente com o césio-137 em Goiânia. Ele sofre algumas determinações do exterior - a passagem do espaço empírico para o espaço discursivo. Esse sujeito-jornalista inscreve-se num determinado lugar discursivo, e esse está determinado pelas relações de verdade e poder institucional que ele representa socialmente. Ao narrar o acidente, ele o atualiza pela ordem do senso comum ao público que ele imagina

que o lerá (GRIGOLETTO, 2011). Já a posição-sujeito refere-se às *projeções* feitas por ele em momentos como, por exemplo, o da antecipação do efeito de sentido causado pelo discurso em um determinado interlocutor. Courtine (1982), a esse respeito, traz a noção de *enunciado dividido*, em que o sujeito do saber, ao ser interpelado pelo ideológico e identificando-se com o sujeito enunciativo, assume uma posição. Dessa maneira, a forma-sujeito do discurso de divulgação jornalística, ao materializar os saberes vindos do interdiscurso, pode ocupar diferentes posições de sujeito no discurso, dependendo da posição com a qual se identifique.

Analisemos o trecho seguinte:

Na extremidade de um devastador efeito dominó de negligências, um aparelho terapêutico desativado à base do elemento radioativo césio-137 acabou arrebatado a marretadas no pátio de um ferro-velho, na quarta-feira dia 23 de setembro.

Podemos depreender que o jornalista assume a posição de narrador enquanto cita a sequência de eventos que provocaram o fato maior da contaminação radiativa; a posição de crítico social, quando acusa a sequência de negligências de “efeito dominó”; de perito científico, quando informa a base científica do aparelho violado. É assim que o sentido emerge na AD como *efeito de sentido entre interlocutores*. Podemos sintetizar, desse modo, que as condições de produção de um discurso implicam aspectos materiais (a língua e a história), aspectos institucionais (a formação social), e os aspectos imaginários, que são as projeções de sentido realizadas pelo sujeito.

Quanto ao efeito de sentido na AD, podemos ainda entendê-lo como *intervalar*, ou seja, constrói-se entre leitor e autor. Ele não está nem em um somente, nem em outro. Há que se buscar captar esse espaço, observando-se as fronteiras autor/leitor. Esses intervalos permitem a alteridade, deixando perpassar as vozes tanto da ciência como da mídia, ou do senso comum, em que se compreende o leitor. No espaço discursivo intervalar, como nos diz Grigoletto (2005), tanto ressoa o novo, quanto o velho, discursivizado pelo já-dito da ordem da ciência, onde se materializa o atravessamento dos discursos da ciência, do cotidiano e da mídia.

Vamos contextualizar estas afirmações pelos trechos abaixo:

Dez pessoas que tiveram contato com o coração energético da máquina permaneciam internadas na semana passada, no Hospital Marçílio Dias, no Rio de Janeiro, lutando contra o efeito do bombardeio de átomos.

Entre o dizer da ciência da “máquina” e dos “átomos”, uma que possui “coração energético”, e outros que podem resultar em bombardeio – a radioatividade, não estariam nitidamente atravessados os dizeres do cotidiano no intervalo que perpassa essas construções científicas? Ao noticiar o fato principal de que eram dez pessoas internadas por consequência do acidente, introduzem-se as demais vozes da ciência e do senso comum, possibilitando ao leitor a compreensão desse sentido intervalar.

E prosseguimos em mais leituras da reportagem:

Rodeadas por uma junta médica internacional que ocorreu para presenciar um fenômeno raro no mundo, a intoxicação iônica pelo césio, elas viram dia a dia minguares suas chances de sobrevivência.

Aqui as circunstâncias das “chances de sobrevivência” são diminuídas pela presença da “junta médica internacional” atestando a raridade (comprovação científica?) da ocorrência de “intoxicação iônica pelo césio”. São afirmações que sugerem embasamento científico entremeadas de um tom dramático narrativo que conduz para o possível desfecho de fatalidade. A posição do enunciativo aqui nos sugere vir de um senso comum para quem a ciência é algo apreendido de forma incompleta ou propositalmente disfarçada para que não seja compreendida. A caracterização de fenômeno raro ao acidente de contaminação pelo césio reforça seu caráter de pouco conhecido tanto da ciência como do cidadão comum, este último sendo a vítima do sistema ineficiente. Quanto ao sistema, então, relembremos a ineficiência já apontada no primeiro trecho como “um devastador efeito dominó de negligências”.

Outro traço marcante dessa narração como também de qualquer outro acidente é o de constatar consequências indiretas. Os enunciados

a seguir traçam direções nessa linha, apontando a repercussão mundial não apenas do fato em si como também dos fatos gerados a partir dele. Como no trecho em que o enunciador olha para o orgulho ferido do cidadão que se ressentirá em perder o turismo na região: “Goiânia viu arranhada sua imagem de cidade aprazível”; ou no reforço errôneo de que se trata de acidente nuclear, ao invés do radiológico: “Ser o palco de um acidente nuclear dessas proporções transtornou a vida da capital de Goiás”.

A partir do equívoco *nuclear-radiológico*, que poderia ter sido corrigido em consulta a uma fonte científica, mais uma vez aparece a posição do enunciador crítico social que chama atenção para a visão do país no cenário internacional, novamente como uma nação inferior, abrindo para o mundo a sua *porta dos fundos do clube mundial atômico*:

O episódio, pela estarrecedora simplicidade com que libertou para dentro dos lares a forma de energia mais indomável de que se tem notícia, o poder nuclear, fez de Goiânia a chave com que o Brasil abriu a porta do clube atômico mundial – a porta dos fundos.

Grigoletto (2005) vai nos ampliar a noção do espaço intervalar e o já-dito da ciência, demonstrando-a segundo o olhar da mídia, que se incumbe do papel de elemento organizador dos saberes dessa Formação Discursiva (FD). A noção de FD representa, na AD, um lugar central de articulação entre língua, memória e discurso. De acordo com Orlandi (1987, p.43), uma FD corresponde àquilo que pode e deve ser dito, dentro de uma determinada Formação Ideológica. Explicando melhor, os sentidos sempre são definidos ideologicamente, pois a ideologia percorre o interdiscurso, definindo suas regiões de memória. Grigoletto (2005) denomina o olhar dado pela mídia à ciência de *FD* do Discurso Midiático de Divulgação Científica (DMDC), e constatamos sua aplicabilidade nesta e em outras reportagens que constituem o corpus da pesquisa mais abrangente do qual este artigo retrata somente um aspecto.

Observamos a recorrência dessa FD, assim classificada pela autora, sempre trazida ao discurso da cobertura jornalística de acidentes tecnológicos. No DMDC constatamos a interação dos saberes (a) da ciência, (b) da mídia e (c) do

cotidiano, ou senso comum. Por conta disso, temos uma FD de fronteiras pouco definidas, o que permite intervalos semânticos entre esses três campos. As vozes que nele se ouvem algumas vezes são contraditórias, partindo de *diferentes lugares discursivos e diferentes posições-sujeito*. É o que observamos em nossa análise da reportagem “Desolação Radioativa: Em Goiânia a paisagem do descontrole da energia nuclear”. Ao tratar da ineficiência brasileira na administração das consequências de um acidente radiológico, esse discurso fala ora pelas autoridades governamentais ora pelo senso comum da população vitimada – “Este acidente é comparável em gravidade ao da usina atômica de Chernobyl”; “Ser o palco de um acidente nuclear dessas proporções transtornou a vida da capital de Goiás”; “... ocorreu para presenciar um fenômeno raro no mundo, a intoxicação iônica pelo césio”; “autoridades brasileiras, sempre prontas a minimizar as consequências das catástrofes sob sua jurisdição”.

A FD do DMDC determina o quê da ciência deve ser divulgado ao grande público. Aqui olhamos para a comunicação do risco científico pelo prisma do ocorrido em virtude de uma falha no sistema que envolve ciência. Vejamos o conjunto de enunciados que intercala os trechos já ilustrados anteriormente, sublinhando aqueles que entendemos proceder do senso comum:

SD-1 - Em Goiânia, num raio de dois quilômetros em torno do Ferro-Velho Auto-Mecânica S.A., onde vazou o césio isolado pelos técnicos, espalhou-se a desolação típica das cidades conflagradas.

SD-2 - Prédios foram evacuados, técnicos com roupas amarelas circularam com contadores Geiger, barricadas cortaram a vida dos bairros tornando as ruas desertas e os doentes contaminados foram amontoados em hospitais improvisados.

SD-3 - Para quase 1 milhão de moradores de Goiânia, instalou-se o desconforto pavoroso de conviver com uma ameaça cujas dimensões as autoridades estão tendo dificuldades para precisar – e ainda mais para comunicar suas conclusões à população. Um volante informativo de que se tirou 1 milhão de cópias e que foi amplamente distribuído na cidade pouco esclareceu.

SD-4 - Para o morador de Goiânia ainda não está claro se sua cidade tornou-se

inabitável, se foi palco de uma tragédia cujos efeitos mais desastrosos ainda se vão desenrolar ou se, passado o susto, as coisas tendem à normalização. Vítima do enredo, Goiânia deseja ficar fora do epílogo do drama radioativo.

Estas Sequências Discursivas (SD) demarcam, em nosso entender, uma forte contradição das posições-sujeito ciência e cotidiano identificadas em “onde vazou o césio isolado pelos técnicos” por oposição “espalhou-se a desolação típica das cidades conflagradas” (SD-1) – se o césio foi isolado pelos técnicos, como foi espalhada a desolação? Ou ainda pelo “desconforto pavoroso”... da “ameaça... que as autoridades estão tendo dificuldades para precisar” (SD-3) que acentuam a desconfiança desse saber cotidiano quanto ao saber da ciência. São posições reforçadas pelas afirmações do SD-4 que estabelece as incertezas geradas no morador de Goiânia quanto a “sua cidade ter se tornado inabitável”, quanto a “efeitos mais desastrosos ainda virem a se desenrolar” ou “as coisas tenderem à normalização”.

Ao se identificar com a FD do DMDC, o jornalista organiza dizeres da ciência e do senso comum, dando-lhes um efeito de homogeneidade. Esse efeito, porém, sofre a determinação da mídia, que é quem regula os saberes que circulam nessa FD. É daí que provêm os comentários, avaliações que entremeiam a reportagem, como por exemplo, “espalhou-se a desolação típica das cidades conflagradas” (SD-1); “barricadas cortaram a vida dos bairros tornando as ruas desertas” (SD-2); “uma ameaça cujas dimensões as autoridades estão tendo dificuldades para precisar – e ainda mais para comunicar suas conclusões à população” (SD-3); “Vítima do enredo, Goiânia deseja ficar fora do epílogo do drama radioativo” (SD-4). Os trechos que reproduzimos a seguir ilustram, da mesma forma que os já apresentados, essa oscilação de falas ciência/senso comum/população vitimizada:

Em Goiânia, depois que a cápsula de césio foi rompida, seu pó perambulou pelo menos cinco dias entre mãos inábeis antes de ser aprisionado numa urna especial de concreto por técnicos da CNEN. É justamente essa trilha fantasmagórica o maior motivo de sobressaltos das autoridades.

O enunciador caracteriza o pó de césio como o desconhecido poder da ciência que “perambulou por mãos inábeis”, até que os

técnicos (ou os cientistas, os supostos habilitados a lidar com o poder científico) o contiveram. Mas esses técnicos, que estamos supondo corresponderem às autoridades – o trecho deixa dúvidas – têm *sobressaltos* – seria incerteza quanto ao caminho percorrido? – reafirmam a ineficiência do Estado, o que marca novamente o sentimento de inferioridade característico da década de 80.

Em outro trecho, o jornalista usa da fala de uma autoridade no setor, o presidente à época da autarquia que regula e fiscaliza o setor nuclear no Brasil, para dar veracidade à gravidade do que a reportagem já se empenhou em reforçar e, também, aproveita para prosseguir na crítica a essa mesma figura de autoridade científica, a quem acusa de minimizar o reconhecimento das consequências de catástrofes:

Este acidente é comparável em gravidade ao da usina atômica de Chernobyl”, apressou-se em reconhecer o presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, a CNEN, Rex Nazareth, num inusitado acesso de realismo, raro em autoridades brasileiras, sempre prontas a minimizar as consequências das catástrofes sob sua jurisdição.

A acusação prossegue, lembrando a função governamental de acompanhamento e responsabilização pelas atividades do setor:

Caso permitam que um episódio dessa repercussão termine sem punições exemplares – extensivas à CNEN –, as autoridades brasileiras estarão provocando um mal maior que o da invigilância. A impunidade nesse acontecimento equivale a incentivar o desastre.

A CNEN, Comissão Nacional de Energia Nuclear, é uma autarquia ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação responsável por planejar, orientar, supervisionar e fiscalizar a atividade nuclear no Brasil. Neste caso é evidentemente apontada a falha desta quanto à correta desativação do aparelho hospitalar.

Impunidade é um já-dito desenvolvido em muitos discursos midiáticos. Neste caso ganha maior peso por toda a descrição das consequências apontadas e reiteradas como exemplo de risco futuro. O *efeito de sentidos* entre os vários locutores trazidos pela reportagem abre um

*processo discursivo* que pode inclusive remeter ao enunciado do título, mais especificamente ao sintagma “descontrole da energia nuclear”, por sua vez ligado ao discurso da exploração energética das usinas. Estamos falando de processos produtivos e de processos de segurança que são diferentes, mas que guardam semelhanças que podem se aproximar conforme seja construído o processo discursivo. Nele observamos um alinhamento ideológico que está naturalmente imbricado na concepção teórica da AD. Formações Ideológicas diferentes materializam-se nas diferentes FD, a partir de uma visão de mundo igualmente diferente. A constituição dos sentidos e da identificação do sujeito recebem uma carga de materialidade ideológica que se caracteriza como componente de *interiorização social no discursivo*.

#### 4 CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS PELO CAMINHO DA AD

As FD's que constroem o discurso a respeito do potencial destruidor de uma bomba ou de armas de destruição terrorista, e de super-potência **bélica, circundam o tema nuclear ao longo dos anos**. São discursos de diferentes linhas ideológicas que entrecruzam as reportagens sobre acidentes pontuais, mais ou menos relacionados à utilização da tecnologia nuclear. Com o acidente de Goiânia, tanto quanto no de Chernobyl, naturalmente essas FD's também se observaram.

Vemos que vários trechos aqui reproduzidos evocam o interdiscurso da ineficiência governamental: “ (autoridades) sempre prontas a minimizar as consequências das catástrofes sob sua jurisdição”; “A impunidade nesse acontecimento equivale a incentivar o desastre”; “um devastador efeito dominó de negligências”. As vozes que sobressaem aqui clamam a responsabilidade do governo para com uma correta utilização de sua máquina administrativa e um primordial benefício do povo que dele se utiliza. Este é um discurso que naturalmente se alinha ao editorial da revista, o qual, naquela época, assim como agora, segue pelo caminho da análise política. Percebemos ainda a posição-sujeito de vítima do acidente sendo reproduzida pelo jornalista, de acordo com o direcionamento da FD do DMDC: “Goiânia deseja ficar fora do epílogo do drama radioativo”. Achamos que a inserção deste trecho, bem como “os doentes contaminados foram amontoados em

hospitais improvisados”, ou ainda “elas viram dia a dia minguaem suas chances de sobrevivência” podem enquadrar-se na categoria de construções pré-moldadas, ou o *molde de notícia*, tal como Verón (1983) define as *chaves da dramatização da informação*. Lembramos que o autor assim nos apresenta o que a mídia dispõe de recursos para agilização da informação. Quando falamos de comunicação de acidente, acreditamos que esses recursos, os termos e os temas selecionados para a construção da notícia, se aplicam ao que descobrimos nesta análise e igualmente percebermos aí uma estratégia para fazer com que a *visão do leitor coincida, pela imaginação, com a do expositor*. É uma conclusão que se alinha à ideia do espaço intervalar de Grigoletto (2005, p.53). Quando o jornalista realiza um deslocamento simbólico, ao produzir um comentário, faz uma atualização do dizer da ciência nesse intervalo que existe entre os saberes, e essa leitura se processa conforme a dominação das condições de produção que o favoreçam. O DMDC definido por Grigoletto (2005) nos parece determinante na análise da reportagem em questão.

Quanto ao nosso objetivo ao fazer tal leitura, lembramos o que se pretende observar - a memória da construção do discurso sobre o medo atômico por meio da comunicação do risco científico. Sendo este o objeto tratado, o olhar aqui lançado refere-se ao modo como se processa a comunicação do acidente, que é a sua face retratada do que *deu errado*. No Brasil, a situação que Goiânia viveu naquele setembro de 1987 atravessou a barreira da ciência para a história, com a intermediação usual da comunicação jornalística. As pessoas comuns (naquela época, como hoje ainda) não sabiam identificar perigos invisíveis como a radiação; a defesa que eles tinham contra esses perigos seria a confiança nos sistemas peritos - os cientistas, os técnicos, a regulação dos organismos controladores. Giddens (1990) demonstra que a confiança só é exigida onde existe a ignorância. Os fatores desencadeantes do medo estão interligados aos conceitos de Giddens de perigo e risco. Do lado do *perigo* está a ignorância, percebida no medo da radiação e seus efeitos; já o *risco*, que envolve o cálculo e o controle desse perigo, é o lado no qual se encontra o conhecimento técnico-científico, envolvendo inclusive seus aspectos sociais. Entre um e outro é que devem figurar as relações de confiança entre o não-cientista e o sistema perito. O que vemos em afirmações como “uma ameaça

cujas dimensões as autoridades estão tendo dificuldades para precisar” ou “Prédios foram evacuados, técnicos com roupas amarelas circularam com contadores Geiger... doentes contaminados foram amontoados em hospitais improvisados” são estruturas preponderantes do senso comum, do cotidiano, que se entrecruzam nos intervalos de conteúdo científico e, assim, direcionam a leitura para o lado de perigo. Relembrando Grigoletto (2011), entendemos que é a forma como o discurso é estruturado que determina os efeitos de sentido que podemos produzir a partir dele. Trata-se aqui da ilusão que fazemos do domínio do dizer ao ler qualquer reportagem desse gênero: o jornalista assume a posição-sujeito de cientista e os efeitos de autoria não ficam bem definidos neste ou naquele enunciado, escapando ao controle tanto da mídia quanto da ciência na produção dos sentidos do sujeito-leitor.

Em situações normais, as pessoas comuns se relacionam com os perigos através da mediação do conhecimento especializado, mas sem o incorporarem ao seu próprio. Basta que normas de segurança como *não martelar cápsulas de fontes de equipamentos de radiação* sejam conhecidas. Em contrapartida, também se espera que os peritos não falhem em suas tarefas básicas de controle do risco, que *não abandonem essas mesmas cápsulas ao alcance da ignorância do perigo*. Para a pessoa não especializada, perigos invisíveis, como a radiação ou outros perigos advindos da sociedade industrial, requerem obrigatoriamente a mediação da ciência e da tecnologia.

O nosso trabalho em AD está focado no entendimento de como funcionam os efeitos de sentido produzidos pelos discursos sobre a ciência. Este recorte de enunciados nos possibilitou apreender como está sendo construída a memória discursiva sobre o medo nuclear no Brasil. Constatamos que a proximidade de ocorrência dos acidentes de Chernobyl, no cenário mundial, e do Césio-137 em Goiânia, no Brasil, propiciaram sua aproximação também discursiva, trazendo, inclusive, a rememoração de um terceiro acidente, de causa nuclear como Chernobyl, o TMI.

Pelas condições de produção (CP) do discurso da reportagem “Desolação Radiativa: em Goiânia, a paisagem do descontrole da energia nuclear” (VEJA, 1987), percebemos o efeito de uma rede de relações imaginárias afetando o imaginário social em torno desse tema. Ao aproximar de um acidente de origem de contaminação radioativa a característica de descontrole que seria própria da energia nuclear, a reportagem reforçou a ideia de perigo e descontrole observada nos outros acidentes evocados e trouxe a atenção para a usina de Angra I, distante cerca de 1.000 km daquele local. A aproximação é recorrente a outras matérias veiculadas na própria Revista Veja, em diferentes épocas, conforme já apontado na nota três. Mas esta constatação reforça nossa premissa de que existe uma memória de cultura do risco permeando a percepção que a sociedade tem do uso da tecnologia nuclear.

---

Artigo recebido em 26/01/2016 e aceito para publicação em 07/03/2016

---

## **MEMORIES OF INFORMATIONAL COMMUNICATION OF SCIENTIFIC RISK: social repercussions from the media coverage of major technological accidents**

**ABSTRACT** *Fear is the common feeling that affects major society when nuclear energy comes to subject. It is that fear our point of interest in a research that is aimed on the discourse analysis processed from the great scientific-technological accidents. It is the wide circulation of media that is targeted by the research elaborated herein which can explain how the information discourses around worldwide impact accidents are being constructed. The decades of 80/90 faced the accidents of Chernobyl, in Russia, and the Cesium-137 in Goiânia, Brazil. Based on the interdisciplinary field of French Discourse Analysis, this paper deals with the media meaning effects that resulted from these two accidents and how they affect the imaginary of the modern society on this subject.*

**Key-words:** *Scientific Risk. Media. Memory discourse*

## REFERÊNCIAS

BELKIN, N.J.; ROBERTSON, S.E. **Information Science and the phenomenon of information:** Journal of the American Society for Information Science. v.27, n.4, jul./Agos. 1976, 197-204 p.

COURTINE, J.J. **Análise do discurso político:** o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos, SP. : EdUFSCar, 2009, 105/106 p.)

\_\_\_\_\_. **Définition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours.** Revista Philosophiques, vol. IX, número 2, 1982.

ERLL, A. **Media and Cultural Memory.** Walter de Gruyter. Berlim, 2008.

FREIRE, I. M. **Barreiras na comunicação da informação Tecnológica:** Ciência da Informação, nº 20, janeiro/junho 1991, 51-54 p.

GABEIRA, F. **Goiânia, Rua 57: O Nuclear da Terra do Sol.** 1987, 3 p.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade.** Editora UNESP, SP, 1990, 82p.

GRIGOLETTO, E. **Do Lugar Social ao Lugar Discursivo:** O imbricamento de diferentes Posições-Sujeito. Anais do 5º SEAD, UFRGS, RS, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Discurso de Divulgação Científica:** um espaço discursivo intervalar. Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras da UFRGS, Porto Alegre, RS, 2005.

INDURSKY, F. **A Fala dos Quartéis e as outras vozes.** Editora Unicamp. São Paulo, 1997, 16-20 p.

INTERNATIONAL AGENCY OF ENERGY ATOMIC. **Chernobyl's legacy:** Health, environmental and socio-economic impacts and recommendations to the governments of Belarus, the Russian Federation. <http://www.iaea.org/Publications/Booklets/Chernobyl/chernobyl.pdf>, Acesso em 30/11/2015, 22 p.

MARTON, F. **Os 10 mais assustadores desastres ecológicos da história.** In Superinteressante, março/2015, Editora Abril.

MOUILLAUD, M. **Da crítica ao acontecimento ou o fato em questão:** MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. *O Jornal: da forma ao sentido.* 2ª. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, 71-72 p.

MUSSALIM, F. **Análise do Discurso.** In: Introdução à Linguística. Ed. Cortez, São Paulo, 2012, 118 p.

ORLANDI, E.P. **A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais:** o Brasil. Seminário de Estudos em Análise do Discurso (1. : 2003 : Porto Alegre, RS) UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. **Análise do Discurso:** princípios & procedimentos. São Paulo: Pontes, 2007, 21p.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento.** São Paulo: Pontes, 1987, 32-56 p.

ORRICO, E. **A Memória da Divulgação Científica:** *um Discurso Informacional.* Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas - Ano 09, número 14, 2012.

PÊCHEUX, M. **Análise automática do discurso.** In: GADET & HAK (org.). Por uma análise automática do discurso. 3ª ed., Campinas: Ed. da Unicamp, 1997, 61-105p.

RODRIGUES, A.D. **Delimitação, natureza e funções do discurso midiático:** MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. *O Jornal: da forma ao sentido.* 2ª. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, 219-222 p.

VEJA. **Desolação Radiativa:** em Goiânia, a paisagem do descontrole da energia nuclear, 14/10/1987, 58-66 p.

VERON, E. **Construir El Acontecimiento:** Los medios de comunicación masiva y El accidente en La central nuclear de Three Mile Island. Editorial Gedisa S.A., Buenos Aires, Argentina, 1983.